

LONGE DA CAPITAL, PARTE DA METRÓPOLE: hierarquia das cidades de porte médio do oeste paranaense

EIXO TEMÁTICO 02: Processos de Produção do Espaço Urbano

SOLEK, Karen Alessandra

Doutora em Arquitetura e Urbanismo; Prefeitura Municipal de Cascavel
e-mail karensolek@yahoo.com.br

RESUMO

O texto analisa a formação e consolidação da rede urbana no oeste do Paraná, com foco no período entre as décadas de 1960 e 1980, destacando o papel das políticas públicas de integração territorial e desenvolvimento regional. Inicialmente marcado por fragilidades econômicas e pouca integração com as demais regiões paranaenses, o oeste passou por transformações decorrentes da modernização agrícola e do incentivo à produção voltada à exportação, o que provocou êxodo rural e crescimento urbano. No contexto nacional, os Planos Nacionais de Desenvolvimento (PND) e a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNDU) promoveram a descentralização econômica e fortaleceram cidades médias como polos regionais, bem como viabilizaram projetos modernizadores na região, como a usina hidrelétrica binacional de Itaipu. Programas destinados às cidades médias direcionaram investimentos em infraestrutura, emprego e serviços urbanos, visando conter fluxos migratórios para metrópoles e equilibrar a rede urbana. Nesse processo, cidades como Cascavel, Foz do Iguaçu e Toledo ganharam destaque, consolidando-se como centros dinâmicos e estratégicos. Apesar de limitações financeiras e dos impactos da crise econômica nos anos 1980, houve avanços na redução da pobreza e na estruturação urbana regional. Conclui-se que essas cidades médias continuam fundamentais para a articulação territorial e o equilíbrio da rede urbana.

Palavras-chave: cidades médias; rede de cidades; integração territorial; Oeste do Paraná.

PENSAR FORA DO EIXO

ABSTRACT

This paper analyzes the formation and consolidation of the urban network in western Paraná, focusing on the period between the 1960s and 1980s, highlighting the role of public policies aimed at territorial integration and regional development. Initially characterized by economic fragilities and limited integration with other regions of Paraná, western Paraná underwent significant transformations resulting from agricultural modernization and incentives for export-oriented production, which led to rural exodus and urban growth. In the national context, the National Developments Plans (PND) and the National Urban Development Policy (PNDU) promoted economic decentralization and strengthened medium-sized cities as regional hubs, while also enabling modernization projects in the region, such as the Itaipu Binational Hydroelectric Power Plant. Programs targeting medium-sized cities directed investments towards infrastructure, employment, and urban services, aiming to curb migratory flows to metropolitan areas and promote a more balanced urban network. In this process, cities such as Cascavel, Foz do Iguaçu, and Toledo gained prominence, consolidating themselves as dynamic and strategic centers. Despite financial constraints and the impacts of the economic crisis in the 1980s, advances were made in poverty reduction and regional urban structuring. It is concluded that these medium-sized cities remain fundamental to territorial articulation and the balance of the urban networks.

Keywords: médium-sized cities; city network; territorial integration; western Paraná.

RESUMEN

El presente trabajo analiza la formación y consolidación de la red urbana en el oeste de Paraná, con énfasis en el período comprendido entre las décadas de 1960 y 1980, destacando el papel de las políticas públicas de integración territorial y desarrollo regional. Inicialmente caracterizada por fragilidades económicas y una escasa integración con las demás regiones de Paraná, esta región experimentó transformaciones derivadas de la modernización agrícola y del incentivo a la producción orientada a la exportación, lo que provocó éxodo rural y crecimiento urbano. En el contexto nacional, los Planes Nacionales de Desarrollo (PND) y la Política Nacional de Desarrollo Urbano (PNDU) promovieron la descentralización económica y fortalecieron las ciudades intermedias como polos regionales, además de viabilizar proyectos modernizadores en la región, como la Central Hidroeléctrica Binacional de Itaipú. Los programas dirigidos a las ciudades intermedias orientaron inversiones hacia infraestructura, empleo y servicios urbanos, con el objetivo de contener los flujos migratorios hacia las metrópolis y equilibrar la red urbana. En este proceso, ciudades como Cascavel, Foz do Iguaçu y Toledo adquirieron protagonismo, consolidándose como centros dinámicos y estratégicos. A pesar de las limitaciones financieras y de los efectos de la crisis económica de la década de 1980, se registraron avances en la reducción de la pobreza y en la estructuración urbana regional. Se concluye que estas ciudades intermedias siguen siendo fundamentales para la articulación territorial y el equilibrio de la red urbana.

Palabras clave: ciudades intermedias; red urbana; integración territorial; Paraná Occidental.

INTRODUÇÃO

O presente artigo analisa o processo de formação funcional e a participação das cidades do oeste paranaense na rede urbana regional, tomando como referência as políticas de integração territorial implementadas entre as décadas de 1960 e 1980. Com base em análise quanti-qualitativa de dados regionais e em breve contextualização histórica, o estudo destaca os casos de Cascavel, Foz do Iguaçu e Toledo, cidades cuja participação nos programas de financiamento voltados às cidades médias evidenciam a conformação hierárquica da rede de cidades.

A análise do tema, além de pouco discutido sobre a região oeste do Paraná, se mantém atual, pois evidencia o início do fenômeno de atribuição de importância hierárquica e de planejamento sobre as cidades médias, centralidades que demonstravam maior atração populacional e expansão urbana do que os maiores centros do país, e que continuam sendo importantes nós de articulação territorial para o equilíbrio das redes urbanas regionais (Sathler, 2012).

No Brasil, as tentativas de organização da economia por meio do planejamento datam da década de 1940, ainda de forma restrita às medidas setoriais ou de racionalização orçamentária (Kon, 2010). Contudo, as ações das décadas de 1940 e 1950 evidenciaram os desequilíbrios regionais e que, para saná-los, a busca dos gestores governamentais voltou-se ao desenvolvimento econômico por meio da industrialização, que indicavam prioridades de investimentos para a implantação de infraestrutura (transporte e energia), escolhas que afetaram a organização territorial brasileira (Tavares, 2018; Chiquito, 2017).

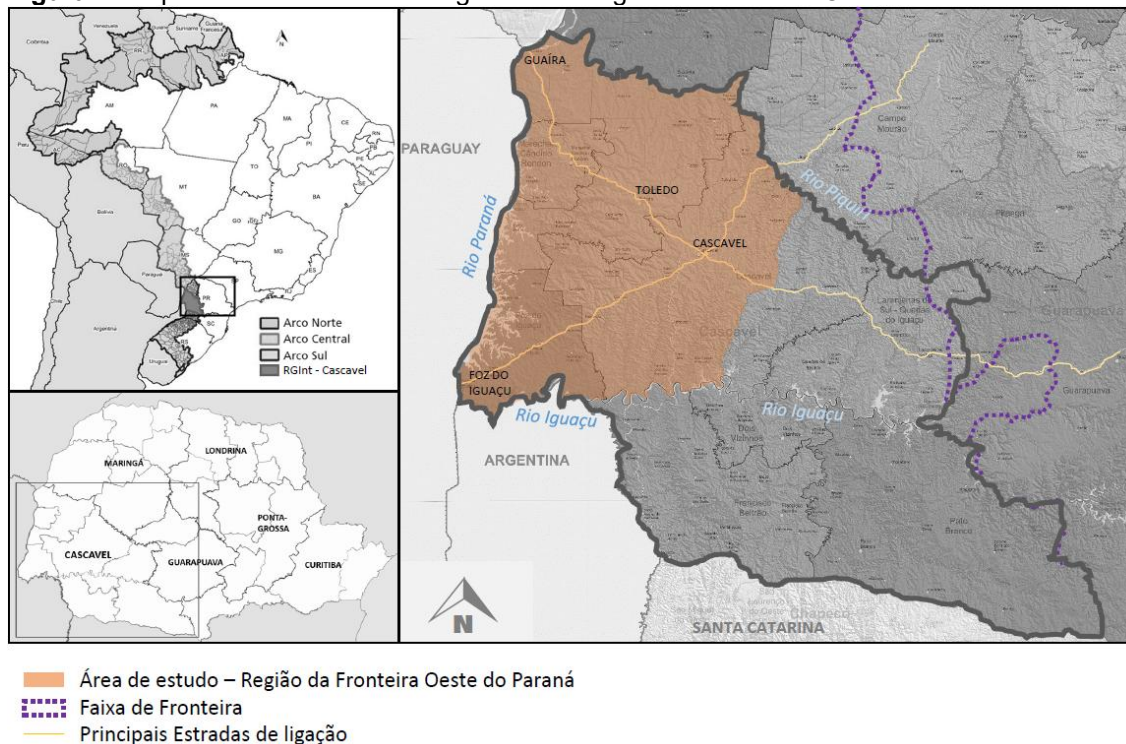
As disparidades econômico-territoriais da Região da Fronteira Oeste do Paraná (RFO), associadas à permeabilidade das fronteiras com Argentina e Paraguai (ver Figura 1), foram reconhecidas desde cedo como um problema a ser superado. Durante as décadas de 1960-1970 algumas instituições ligadas ao estado, como a Comissão Interestadual da Bacia Paraná-Uruguaí (CIBPU), e o documento do Plano de Desenvolvimento do Estado do Paraná (PDP), apresentaram levantamentos e estudos os quais identificaram as fragilidades produtivas da RFO e a ausência de integração com o restante do estado e do país (Solek, 2025).

No âmbito federal, foram criadas instituições voltadas ao desenvolvimento da faixa de fronteira, entre elas a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Região da Fronteira Sudoeste do País (SPVERFSP) (1956-1967), e sua continuidade com a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul (SUDESUL) (1967-1990). Embora essas iniciativas tenham

PENSAR FORA DO EIXO

produzido propostas de desenvolvimento econômico, seus resultados atingiram outras regiões e estados, sendo limitados ou sem efetividade na RFO (Figura 1), não promovendo a gestão para gerir políticas regionais eficazes na consolidação da rede urbana em formação (Solek, 2025).

Figura 1. Mapa com detalhe da abrangência da Região de Fronteira Oeste no estado do Paraná



Fonte: IBGE, 2017 - compilação da autora, 2026.

A partir da década de 1960, houve a reorientação das políticas comerciais e industriais no sentido de uma maior inserção internacional e expansão das exportações, e com ela, uma maior preocupação com a alocação de recursos, que veio a influir no planejamento durante a década de 1970 (Bielschowsky, 2000). Essa mudança de orientação, alinhada às transformações no padrão de acumulação capitalista, repercutiu diretamente na redefinição dos instrumentos de planejamento territorial, justificando o abandono de órgãos com estudos locais e mesmo interestaduais, como o da CIBPU. As abordagens anteriores, centradas na organização de regiões isoladas, notadamente aquelas com fragilidades estruturais de consumo e pouca integração mercadológica, foram gradativamente substituídas por uma lógica de planejamento regional em escala de importância nacional, mais aderente às exigências de competitividade e inserção internacional (Freitag e Faria, 2021).

PENSAR FORA DO EIXO

No ínterim, a mudança econômica para a região recém colonizada RFO com base agrícola de subsistência, na década de 1960, ocorreu com políticas de crédito rural direcionadas e com a redução de subsídios para algumas culturas, em benefício de culturas específicas voltadas à exportação, como o da soja, ações que concorreram para a evasão rural, com fluxo migratório em direção às regiões industrializadas e consequente aumento populacional das cidades (Ferreira, 1985; Oliveira, 2002).

Schmidt (1983, p.50) chama de “metropolização” o processo de concentração de produção e consumo, bem como de população em torno de alguns lugares no território nacional, visando a inserção e expansão da produção capitalista orientada pelo Estado. Como consequência, a população urbana paranaense ultrapassa a rural no fim dos anos 1970, contudo permanece com praticamente o mesmo quantitativo populacional total devido às migrações para as novas fronteiras agrícolas e para os grandes centros urbanos (Oliveira, 2002).

Conforme Santos (1993), a rede urbana brasileira desenvolveu-se com a intensificação do processo de urbanização e a crescente complexidade das atividades econômicas entre cidades de diferentes níveis hierárquicos, com a onipresença da metrópole. Esse processo, comandado a partir dos centros economicamente mais dinâmicos e pela influência das metrópoles, também alcançou o oeste paranaense. Neste sentido, os caminhos tendiam para a capital do estado, em eixos de industrialização, seguindo por uma rede urbana a ser definida em funções e hierarquias.

Além desta introdução e das considerações finais, o artigo está estruturado em três seções principais. A primeira contém uma problematização sobre o êxodo rural em conjunto com a urbanização, fenômenos que exigiram a formulação de uma nova política de desenvolvimento urbano e regional; a segunda discute a institucionalização das áreas metropolitanas e a incorporação das cidades de médio porte às estratégias de planejamento territorial; e a terceira analisa a formação funcional da rede urbana a partir das políticas de fomento direcionadas às cidades de médio porte, com foco no oeste do estado do Paraná.

1 REARRANJO ECONÔMICO E TERRITORIAL

Como problemática, na década de 1970, o governo brasileiro se ateve a um conjunto complexo de demandas políticas e sociais de caráter urbano decorrentes de uma urbanização acelerada com concentração de atividades industriais, comerciais e população em áreas metropolitanas, principalmente a do Sudeste do país, pela modernização tecnológica dos processos agrícolas e do

PENSAR FORA DO EIXO

fomento à industrialização de bens agrícolas e beneficiamento visando a exportação de produtos (Schmidt, 1983). Já que, a alternativa se mostrou com pouca capacidade de absorção da força de trabalho provinda de zonas rurais (Tavares, 1979; Bielschowsky, 2000).

Na identificação da problemática do êxodo rural sobre o Paraná, na análise de Castro Neto (2012), perderam população os municípios pequenos, pouco urbanizados e pobres, sem condições de retenção seja por falta de infraestrutura urbana, seja por falta de empregos pela incapacidade de atração de recursos. Mesmo com o esforço estadual de adequação de infraestrutura rodoviária a partir da década de 1950, o crescimento econômico da rede de cidades composta pelos municípios da região oeste paranaense (Figura 1) não compunha um grau de homogeneidade, pois dos 19 municípios¹ existentes, 8 apresentaram variação positiva quanto à população rural, já que esta última se manteve no campo, e para os outros 11 a variação foi negativa, ou seja, houve a ocorrência da evasão rural populacional (IPARDES, 1983). Tal fragilidade foi apresentada previamente no estudo do Plano de Desenvolvimento do Paraná (PDP) (SAGMACS, 1963). Pelos motivos da descentralização e equilíbrio das regiões, a RFO foi indicada no plano como vinculada à extensão do polo de Guarapuava e possível área polarizada de planejamento nos estudos que se sucederam na década de 1970 (Solek, 2025).

Para o rearranjo econômico-territorial, no Brasil buscou-se não apenas uma política urbana de função compensatória e corretiva de carências em regiões específicas, mas também, uma política econômica que ainda se destinava, declaradamente, à substituição das importações de bens de capital e insumos básicos, organizando nitidamente a reconcentração de capitais, agora distribuída para o equilíbrio das regiões, em centros que deveriam ser preparados para receber essa nova polarização de atividades econômicas (polarização regional e descentralização industrial), conforme seus potenciais de desenvolvimento (Nunes, 2020). Fez-se mister o desenvolvimento de estudos para que se fosse melhor definida a hierarquia de cidades da RFO, indicada como pouco integrada às demais regiões do Paraná, e estabelecer as prioridades de investimentos.

Nesta perspectiva de ocorrência nacional, as cidades polos regionais, ainda em processo de consolidação no oeste paranaense, se tornaram muito mais atrativas para pessoas e capitais

¹ Os municípios definidos para o Extremo Oeste paranaense, conforme definições do IBGE e utilizado em vários estudos, são: Assis Chateaubriand, Capitão Leônidas Marques, Cascavel, Catanduvas, Céu Azul, Corbélia, Formosa, Foz do Iguaçu, Guaíra, Guaraniaçu, Marechal Cândido Rondon, Matelândia, Medianeira, Nova Aurora, Palotina, Santa Helena, São Miguel do Iguaçu, Terra Roxa e Toledo (IPARDES, 1974, p.9).

PENSAR FORA DO EIXO

econômicos, com destaque das cidades de Cascavel, Foz do Iguaçu e Toledo (Figura 1). Nesse sentido, o papel do Estado foi fundamental como centro decisório da política industrial, oferecendo condições prévias, decorrentes da disponibilidade de infraestrutura, de certa concentração de atividades e acessibilidade às informações, fazendo das cidades-polos “[...] pontos privilegiados para as políticas e desenvolvimento, principalmente se considerado o papel particular da agroindústria [...], na medida em que há uma gradativa especialização econômica” (IPARDES, 1983, p.138). Os ajustes a serem feitos eram o de integração para melhora da fluidez e definição de hierarquia das demais cidades para a expansão do capitalismo, aspectos estudados territorialmente em uma sequência de planos contratados pelo governo estadual e elaborados pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) e o IPARDES (Solek, 2025).

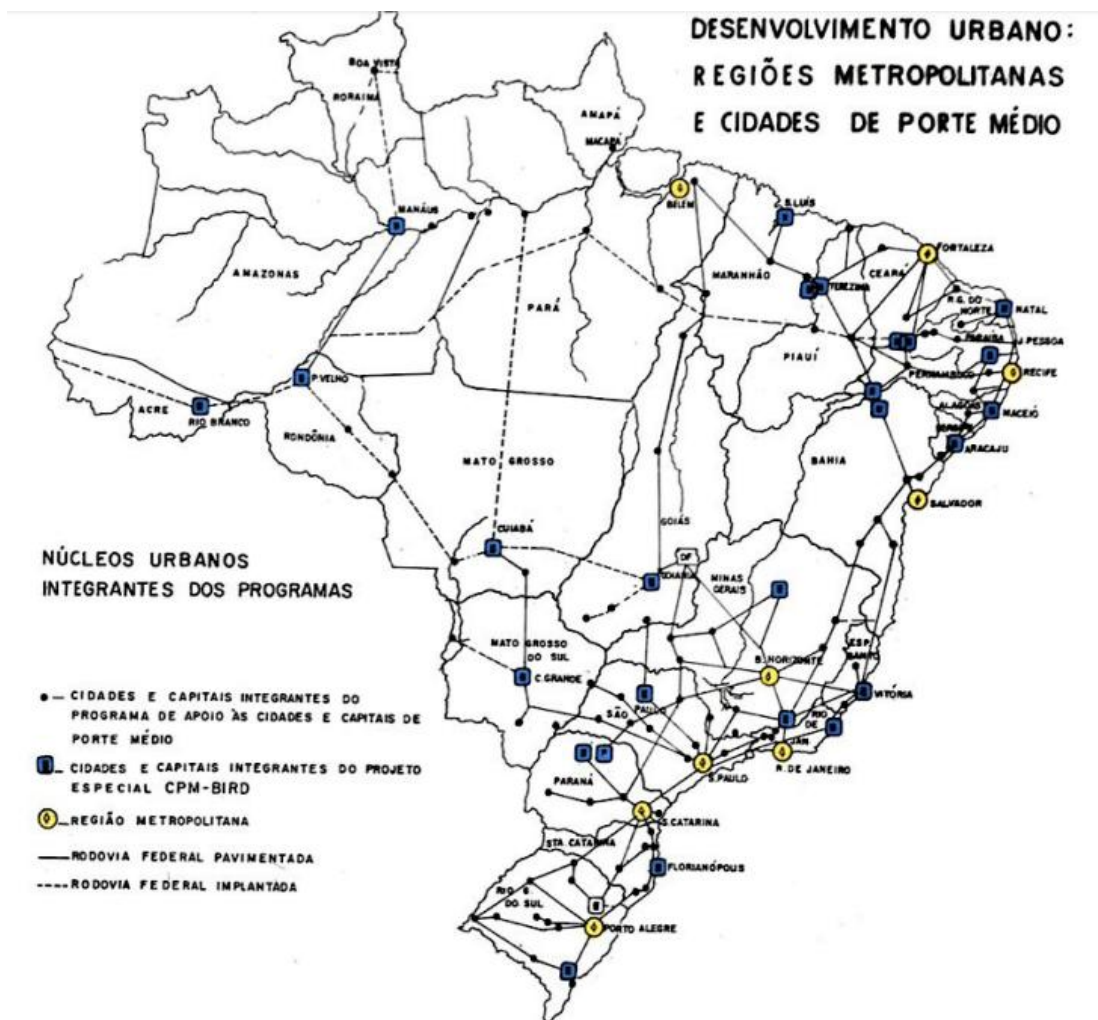
2 MUDANÇA DE CURSO: ORIGEM DAS ÁREAS METROPOLITANAS E INCORPORAÇÃO DAS CIDADES DE MÉDIO PORTE

Na sequência dos Planos Nacionais de Desenvolvimento (PND), a apresentação oficial do primeiro PND pela Lei nº 5727/1971 (vigente para o período entre 1972-1974) evidenciou a preocupação referente à necessidade de reorientação dos fluxos migratórios para novas áreas de implantação de polos agroindustriais nas regiões Sul, Nordeste, Planalto Central, Amazônia e Centro-Oeste (Brasil, 1971). O objetivo era, senão para evitar, ao menos para reduzir o ritmo o direcionamento desses fluxos para os núcleos urbanos do Centro-Sul, sem que houvesse, naquele momento, uma preocupação explícita com o desenvolvimento das cidades médias (Brasil, 1971; Amorim Filho e Serra, 2001).

A necessidade de um planejamento voltado a interesses comuns entre municípios, independentemente de seus vínculos administrativos, mas inseridos em uma mesma comunidade socioeconômica, com o uso e referencia à expressão “região metropolitana” surge na Constituição Federal de 1967 (Brasil, 1967). O momento inicial esteve ligado à institucionalização das primeiras Regiões Metropolitanas (RM) do país, organizadas em torno de nove capitais de estado: São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, Belém, Fortaleza, Curitiba, criadas por leis complementares em 1973, além do Rio de Janeiro, instituído em 1974. Ressalta-se que nenhuma dessas RM estavam localizadas no interior do país (ver Figura 2, pontos amarelos).

Figura 2. Mapa dos núcleos urbanos indicados para participação nos distintos programas PCPM

PENSAR FORA DO EIXO



Fonte: Nunes, 2020, p.175 - adaptado pela autora, 2026.

O II PND, promulgado pela Lei nº 6151/1974 (para o período 1975-1979), tornou explícita a política de apoio aos centros médios, considerados instrumentos necessários para a contenção dos fluxos migratórios em direção à região Sudeste (Brasil, 1974; Amorim Filho e Serra, 2001).

No contexto dos estudos sobre as formas de migração, o trabalho “Evolução da rede urbana no Brasil”, elaborado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano (CNDU) com base de dados estatísticos entre 1969-1975, apontou que cidades entre 100 mil e 250 mil habitantes demonstravam-se maior dinamismo econômico, uma vez que absorviam parcela significativa da mão-de-obra industrial e “[...] a produtividade e o excedente econômico elevaram-se a taxas superiores àquelas observadas para as regiões metropolitanas” (Amorim Filho e Serra, 2001, p.17).

PENSAR FORA DO EIXO

Os autores observaram ainda que a diminuição da população urbana nos pequenos centros, com até 100 mil habitantes, caracterizou um fluxo migratório dirigido principalmente para as cidades médias situadas em regiões metropolitanas com mais de 500 mil habitantes durante a década de 1970 (CNDU, 1985, p.24). Em decorrência desse fenômeno, crescia entre os pesquisadores e planejadores urbanos e regionais a expectativa de que as cidades médias poderiam cumprir o papel de “diques” de contenção dos fluxos migratórios que tendencialmente continuariam a se dirigir para as metrópoles (Andrade e Serra, 2001, p.vi).

Nesse momento, na década de 1970, as cidades médias eram definidas como “[...] o conjunto de centros urbanos não-metropolizados e não-capitais com população entre 100 mil e 500 mil habitantes [...]” (Andrade e Serra, 2001, p.vi). Contudo, não houve uma definição única ou amplamente aceita para essa categoria urbana. O critério demográfico constituiu o principal parâmetro de classificação, apesar de sua mudança conceitual ao longo do tempo, também acrescido da identificação local e da diversificação de bens e serviços (Andrade e Serra, 2001). Em complemento, também poderiam ser consideradas cidades médias aquelas constituídas por aglomerados urbanos formados por municípios em território contíguo com elevada densidade urbana (Moura, 2016).

Foi no II PND que se definiu os termos da descentralização do polo nacional, estabelecendo polos secundários considerados “imprescindíveis a uma política de descentralização” (UFPR, 1975, p.255). Conforme datacam Steinberger e Bruna (2001, p.46-47):

[...] o plano propunha favorecer a criação de polos secundários, ou seja, as cidades de porte médio, que se aproveitariam das vantagens das aglomerações existentes, ao mesmo tempo que serviriam de base a uma estruturação de apoio à formação de um sistema urbano nacional mais equilibrado (Steinberger e Bruna, 2001, p.46-47).

Diante desse cenário que atingiu várias regiões do país (ver Figura 2), o governo federal, como centro de decisões econômicas do país, por seus programas, compreendeu a necessidade de vinculação dos investimentos urbanos setoriais à política urbana, estreitamente relacionada à política econômica (Bittencourt, 2011).

Nesse contexto, a partir do Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, com os estudos do IPEA, surge a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNDU), parte integrante do II PND. Seu objetivo consistia em alçar questões urbanas e combater o desenvolvimento desigual do território. Sob a perspectiva de desconcentração espacial da produção, os PNDs buscavam não

PENSAR FORA DO EIXO

apenas reduzir os desníveis de produtividade entre as regiões brasileiras, mas também manter as elevadas taxas de crescimento para a economia nacional como um todo (Amorim Filho e Serra, 2001; Reolon, 2010).

Nunes (2020, p.66) afirma que “na medida em que a região se desenvolvia, as cidades médias cresciam mais, ao invés das metrópoles ou das cidades pequenas”. Neste sentido, observa-se que houve uma relativa quebra na primazia dos grandes centros urbanos, pela descentralização aplicada a partir da metrópole e a expansão da região metropolitana, incitando à necessidade de inserir as cidades médias na hierarquia das cidades (Nunes, 2020). Compreendeu-se que os problemas urbanos não poderiam ser resolvidos exclusivamente por meio da abordagem das Áreas Metropolitanas, tornando necessária a ampliação das estratégias de desenvolvimento para os centros urbanos de porte médio (Nunes, 2020).

O objetivo consistia em estruturar uma rede urbana hierarquizada e dotada de complementariedade funcional, formada por metrópoles nacionais, metrópoles regionais e polos secundários dinamizados. Entre as estratégias previstas destacavam-se a desconcentração da região Sudeste, especialmente dos estados de Rio de Janeiro e São Paulo, e “a ordenação do processo de desenvolvimento do sistema urbano da região Sul, mediante expansão ordenada das metrópoles regionais e o fortalecimento dos núcleos urbanos de médio porte” (Brasil, 1974, p.87). Isso, tendo em vista os efeitos negativos perceptíveis nos grandes centros urbanos, decorrentes de problemas tais como poluição ambiental, trânsito congestionado, altos custos da localização de atividades (residencial, industrial e comercial), limitação de alcance das infraestruturas e a excessiva demanda com a deterioração de serviços sociais, fatores que comprometiam a qualidade de vida da população (Nunes, 2020).

Entre 1976 e 1986, as cidades de porte médio tornaram-se objetos das políticas urbanas e regionalizadas, previstas por meio do Programa Cidades de Porte Médio (PCPM). O PCPM concentrou-se em ações de estruturação do sistema urbano e à elevação dos padrões de urbanização e qualidade de vida, as quais passaram a integrar as estratégias regionais de desenvolvimento (Nunes, 2020).

Sob estas definições, no final da década de 1970, alguns municípios da RFO destacaram-se como de posicionamento estratégico, para participarem dos investimentos do PCPM. Tal reconhecimento refletia a função estrutural do sistema de produção e distribuição posta no território pelas grandes

PENSAR FORA DO EIXO

idades e suas hierarquias, embora essa centralidade ainda não estivesse claramente explicitada nos estudos e planos encomendados pelo estado do Paraná entre 1973 e 1975 (Solek, 2025).

A Tabela 1 evidencia as transformações ocorridas na relação dos principais centros urbanos do Paraná. Observa-se a manutenção das posições ocupadas no ranking das quatro maiores cidades do estado, que igualmente, entre 1970 e 1980, apresentaram grande crescimento populacional, acima de 65% entre 1970 a 1980. Guarapuava, embora tenha registrado grande crescimento populacional (105,7%), manteve a mesma posição hierárquica ocupada na década anterior. Por outro lado, foi ultrapassada em situação populacional por Cascavel e Foz do Iguaçu, cidades do oeste paranaense que, até início da década de 1970, encontravam-se subordinadas à área de influência regional de Guarapuava nos estudos de planejamento estadual.

Tabela 1. Crescimento absoluto e relativo dos 10 maiores centros urbanos no Paraná 1970-1980.

Centros urbanos	Posição em		População Urbana		Crescimento	
	1970	1980	1970	1980	absoluto	%
Curitiba	1	1	584.481	1.025.979	441.498	75,1
Londrina	2	2	156.352	258.054	101.702	65,1
Ponta Grossa	3	3	92.285	171.365	79.080	85,7
Maringá	4	4	51.579	158.047	106.468	206,4
Cascavel	10	5	33.852	100.351	66.499	196,4
Foz do Iguaçu	14	6	18.584	93.619	75.035	403,8
Guarapuava	7	7	39.535	81.304	41.769	105,7
Paranaguá	5	8	51.462	71.173	19.711	38,3
Apucarana	6	9	41.813	63.733	21.920	52,4
Paranavaí	8	10	37.478	52.654	15.176	40,49

Fonte: IPARDES, 1983, p.77.

Ao se observar a estrutura do sistema urbano a partir da metrópole, os dados do IBGE levantados pelo IPARDES indicavam que Cascavel, com população urbana de 100.329 habitantes em 1980, figurava entre as 11 cidades consideradas Capitais Regionais, entre os estados do Paraná e Santa Catarina, inseridas na área de influência (econômica, política e cultural) da Metrópole Regional de

PENSAR FORA DO EIXO

Curitiba², institucionalizada em 1973 (IPARDES, 1987, p.39). Esta nova posição de Cascavel também pode ser observada pelo crescimento absoluto e relativo da população urbana das principais cidades do Paraná, que se altera, e entre 1970-1980 aponta a mudança substancial na posição de Cascavel e de Foz do Iguaçu entre as principais cidades do estado (Tabela 1).

Este dado ressalta que a generalização do processo de agroindustrialização a partir da década de 1970 promoveu alterações significativas nas formas de integração econômica e territorial da RFO. As fragilidades de articulação anteriormente identificadas na região foram gradativamente substituídas por uma vinculação econômica mais efetiva da rede urbana à hierarquia da capital Curitiba, já consolidada como região metropolitana e distante a mais de 600 km dos limites da fronteira (IPARDES, 1987).

No estudo da “Nova configuração espacial do Paraná”, desenvolvido em parceria entre o CNDU e o IPARDES (1983), o qual aborda a configuração da Região Metropolitana de Curitiba (Lei Complementar Federal nº 14/1973), em outro recorte territorial, Guarapuava começa a ser indicada como polo sub-regional, relacionada agora à Região de Ponta Grossa, evidenciando mudanças na estrutura hierárquica da rede urbana estadual.

Reolon (2007, p.88) comenta a importância inicial de Ponta Grossa como principal regional acessível à porção oeste do estado para aquisição de bens e serviços, implementos agrícolas e escoamento da produção agropecuária excedente. Essa influência decorria, sobretudo, da escassez e precariedade de vias de acesso terrestre para outras localidades centrais do estado como Campo Mourão e Maringá. O autor afirma que, com a pavimentação da BR-277 (1958-1969), a região oeste obteve maior autonomia em relação à centralidade do região Leste, próxima à capital (Reolon, 2007). Solek (2025) acrescenta outros elementos explicativos para a reconfiguração das hierarquias administrativas e da rede de cidades, ao que chamou de Sistema Técnico Modernizador. Entre esses elementos destacam-se a Usina Hidrelétrica Binacional de Itaipú, o lago formado pelo represamento do rio Paraná, entre outras infraestruturas tidas na remodelação da rodovia BR-277, na Ponte Internacional da Amizade e a modernização do porto de Paranaguá. Tais elementos integraram um conjunto de ações decorrentes de acordos intergovernamentais iniciados na década de 1960 e implantados principalmente a partir da década de 1970, voltados para os intentos dos

² Foram descritas como Capitais Regionais sob a influência de Curitiba as seguintes cidades do Paraná: Apucarana, Cascavel, Guarapuava, Maringá, Paranavaí, Pato Branco, Ponta Grossa e Umuarama. Ainda, no estado de Santa Catarina: Florianópolis, Joinville e Blumenau (IPARDES, 1987, p.39).

PENSAR FORA DO EIXO

fluxos produtivos e comerciais de exportação entre Brasil-Paraguai-Argentina (Solek, 2025). Parte dessa transformação foi impulsionada por estratégias espaciais estatais, matrizes do poder espacial capitalista, o que envolveu tentativas de influenciar as atividades socioeconômicas, como os aglomerados industriais, os investimentos em infraestrutura e os movimentos demográficos, dentro e fora da Região da Fronteira Oeste do Paraná.

Na década de 1980, parte dos fluxos foi parcialmente disperso com a ligação aos mercados internos articulados sentido Maringá e Londrina, região que se destacava como a economicamente mais ativa no Paraná, bem como para os mercados dos estados de São Paulo e Minas Gerais pela rodovia BR-369. Conforme demonstrado na Tabela 1, Maringá apresentou o segundo maior crescimento populacional absoluto entre as principais cidades paranaenses, com incremento de 206,4%, ficando atrás apenas de Foz do Iguaçu, cujo crescimento alcançou 403,8%. A posição de Foz do Iguaçu relaciona-se, em grande medida, à sua função estratégica de articulação internacional por intermédio da Ponte Internacional da Amizade e de sua conexão com Ciudad del Este, no Paraguai.

Esse movimento sugere uma reorganização de fluxos econômicos e demográficos regionais, uma vez que somente a localização geográfica de uma cidade frente a uma rodovia constitui fator individual insuficiente para justificar o crescimento populacional e sua ascensão na hierarquia urbana estadual.

3 O FOMENTO ÀS CIDADES DE MÉDIO PORTE

Ao alinhar a política urbana nacional como política pública de equidade, o PCPM significou “[...] a implantação de um programa que visava promover as cidades de porte médio a centros estratégicos da rede urbana nacional” (Steinberger e Bruna, 2001, p.35). Os centros de porte médio foram entendidos em uma escala funcional no ordenamento territorial, com indicação de centros específicos para a função de desconcentração, e outros na função de dinamização (Steinberger e Bruna, 2001, p.48).

Como justificativa a estes investimentos, temos que: “A aceleração do crescimento, cujo epicentro passa a ser a indústria, exige, das cidades brasileiras - sedes por excelência do novo ciclo de expansão -, infraestrutura e requerimentos em serviços para os quais elas não estavam previamente dotadas” (Oliveira, 2013. p.56). A partir dessa perspectiva as cidades de porte médio teriam o papel

PENSAR FORA DO EIXO

de integrar o sistema urbano nacional, crescendo em ritmo acelerado, até mais que as metrópoles nacionais (Nunes, 2020).

Entre os vários interesses das alternativas espacial e funcional, descentralizadora, das cidades médias, estavam os de: minimizar a pobreza urbana (na oferta de oportunidades de trabalho); garantir a capacidade gerencial e financeira na promoção de equipamentos e serviços urbanos pelo estado; evitar queda produtiva com pulverização de atividades econômicas; preservar o meio ambiente; avançar com o projeto de integração nacional do território; e também, favorecer a ocupação das fronteiras nacionais (Andrade e Serra, 2001, p.vi).

Para integrarem o programa e se apresentarem como uma alternativa locacional para o PCPM, as cidades selecionadas, além de certo nível de divisão de trabalho, deveriam possuir uma suficiente infraestrutura produtiva (Andrade et al., 2001). O programa visava “[...] ao fortalecimento das cidades de porte médio por meio do financiamento da ampliação da infraestrutura social e produtiva [...]”. E, também, “[...] requeria a utilização de tecnologias intensivas em mão-de-obra cuja qualificação deveria ser compatível com o perfil dos imigrantes” (Amorim Filho e Serra, 2001, p.13).

O programa, iniciado em 1976, previa investimentos para projetos previamente inscritos pelos municípios, para serem canalizados, em sua maior parte, ao fomento da escala intraurbana, e dirigidos para: emprego e renda, com a criação de postos de trabalho; infraestrutura urbana (saneamento, transporte, energia elétrica, habitação, educação, saúde etc.) e administração municipal (reorganização de cadastros técnico-fiscais, planos físico-territoriais, legislação urbanística e capacitação funcional) (Reolon, 2007; Nunes e Souza, 2020).

Nunes (2020, p.33) comenta os primeiros estudos, realizados em 1976, que versam sobre a tentativa de formação de um sistema urbano nacional, com ações estaduais, enquanto o governo federal promovia ações que visavam amenizar os problemas urbanos, participando da estruturação deste planejamento órgãos como o IPEA, Comissão Nacional de Regiões Metropolitanas e Política Urbana (CNPUR), Ministério do Interior (MINTER) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano (CNDU).

Nunes e Souza (2020) consideram que houve duas modalidades do programa, a primeira abrangendo o período de 1976-1979, denominado de “Programa Nacional de Apoio às Capitais e Cidades de Porte Médio”, elaborado e implementado exclusivamente pelo governo federal. Steinberger e Bruna (2001) entendem que esta modalidade foi desativada poucos anos depois, em

PENSAR FORA DO EIXO

1982, e encerrada por falta de recursos decorrente da crise financeira resultante da escassez de recursos públicos (Steinberger e Bruna, 2001; Reolon, 2007).

A segunda modalidade, entre os anos 1980-1986, denominada de “Projeto Especial de Cidades de Porte Médio”, assumindo outras vertentes, teve a intervenção e implementação do Banco Mundial - BIRD (Steinberger e Bruna, 2001; Nunes e Souza, 2020). O programa encerrou-se no contexto da Nova República, no então criado Ministério de Habitação e Desenvolvimento Urbano (MHU). Aqui denominaremos genericamente as duas modalidades do programa de PCPM, já que ambas possuem a mesma raiz de objetivos quanto às cidades de porte médio, e foi ainda na primeira fase, pós-1979, que a RFO foi englobada pelas referências às suas cidades com altas taxas de crescimento populacional entre os decênios de 1970/1980, quais sejam, as cidades de Foz do Iguaçu (15,22% a.a), Cascavel (6,24% a.a) e Toledo (2,43% a.a.) (FAAU-USP, 1982, p.16). Neste sentido, como não foram incluídas outras cidades da RFO na segunda fase, esta não será aprofundada.

Nunes (2020) descreve como período tardio as ações definidas para 1979-1985, sob a tutela da Secretaria Geral do MINTER (SG-MINTER), a qual também desempenhou atividades nos Programas Especiais de desenvolvimento regional e urbano, como os do PRODOPAR e PRONOROESTE. Nesta fase, o PCPM já estava em desprestígio e enfrentava obstáculos na sua implementação, principalmente devido à falta de recursos e de uma destinação clara, sustentando-se apenas na crença na arte do planejamento urbano (Nunes, 2020). O ano de 1979 foi o do segundo choque do petróleo, com a diminuição das remessas de recursos pelos países industrializados diante do endividamento, inclusive para a implantação de Projetos Especiais ligados às Superintendências, sendo alguns abandonados.

A Coordenação de Cidades de Porte Médio e Pequeno, pertencente à Subsecretaria de Desenvolvimento Urbano, dentro da SG-MINTER, atuava também na estrutura das Superintendências Regionais (SUDENE, SUDAM, SUDECO, SUDESUL) e articulava-se com os órgãos de planejamento urbano, em nível dos estados e Municípios (Nunes, 2020). Na seleção das cidades brasileiras beneficiadas para o biênio 1979/1980, a escolha esteve respaldada nas instituições das Superintendências, entre elas a SUDESUL (Steinberger e Bruna, 2001).

PENSAR FORA DO EIXO

Para a região Sul do Brasil, entre os três estados foram escolhidas 35 cidades. O Paraná, segundo estado mais populoso da região Sul³ na época, e o que mais contribuiu para a elevada taxa de urbanização (entre 41,8% e 95,6%), obteve o maior número projetos do PCPM, contemplando 15 cidades e um aglomerado urbano (*), conforme a Tabela 2 (FAUUSP, 1984; Steinberger e Bruna, 2001, p.54). Vale destacar que outras cidades menores foram indicadas como beneficiárias do PCPM, mas na consideração de aglomerados urbanos, ou seja, quando a concentração populacional, atividades econômicas e de infraestrutura ultrapassam os limites administrativos municipais (soberania), formando um conjunto de áreas urbanas (Nunes, 2020).

Tabela 2. Cidades médias do estado do Paraná com aplicações de recursos previstos nos anos de 1978-1980, organizadas por ordem de valores.

Programa CPM		Aplicações previstas em Cr\$x103 - valores corrigidos para 1982					
CIDADES		1976/77	1978/79	1980	1981	1982	totais
1	Londrina	-	2.281.039	120.335	-	-	2.401.374
2	Cascavel	-	1.227.640	66.830	-	-	1.294.470
3	Maringá	-	834.787	98.400	-	-	933.187
4	Paranaguá	-	188.065	48.462	-	-	236.527
5	Guarapuava	-	140.466	45.100	-	-	185.566
6	Agl. Urb. Londrina/Maringá*	-	-	101.188	-	-	101.188
7	Ponta Grossa	-	-	82.000	-	-	82.000
8	Foz do Iguaçu	-	-	32.800	-	-	32.800
9	Toledo	-	23.743	-	-	-	23.743
10	Antonina	-	-	7.585	-	-	7.585
11	São Mateus do Sul	-	-	6.150	-	-	6.150
12	Lapa	-	2.988	-	-	-	2.988
13	Apucarana	-	2.998	-	-	-	2.998
14	Mandaguaiçu	-	1.992	-	-	-	1.992
15	Marialva	-	1.992	-	-	-	1.992
16	Goio-erê	-	1.992	-	-	-	1.992

Fonte: FAUUSP, 1984; Nunes, 2020, p.431 – compilação da autora, 2026 (*Aglomerado Urbano.)

³ Pelo censo de 1980, a Região Sul tinha a população residente total de pouco mais de 19 milhões de habitantes, com distribuição relativa entre os estados: no Rio Grande do Sul, com 7,7 milhões de pessoas; Paraná com 7,6 milhões de habitantes e Santa Catarina, o menor, com 3,6 milhões (FAUUSP, 1984, p.2).

PENSAR FORA DO EIXO

A Tabela 2 foi organizada na sequência de maiores valores atribuídos para as aplicações previstas pelo programa PMPC nas cidades paranaenses, conforme dados referentes a avaliação do programa levantados pela FAUUSP (1984). Nesta sequência, aparecem as cidades de Cascavel, Foz do Iguaçu e Toledo, pertencentes à RFO.

Conforme disposição da Tabela 2, nota-se que a cidade de Cascavel foi a segunda que obteve maiores recursos destinados pelo programa, ficando atrás de Londrina, cidade que obteve o dobro dos recursos destinados a Cascavel. Entre o biênio 1978/79, Cascavel e Toledo foram contempladas com os recursos, e nos anos de 1980 contemplou-se Cascavel e Foz do Iguaçu.

Steinberger e Bruna (2001) comentam, de modo geral, os resultados do programa, ressaltando seus pontos negativos: os poucos recursos investidos, resultando em experiências espacialmente fragmentadas e de pouca efetividade por serem subdimensionadas.

Positivamente, em referência às cidades da RFO, Andrade et al. (2001) apresentam a análise de um dos objetos de interesse do programa, que era o de minimizar a pobreza urbana (na oferta de oportunidades de trabalho), análise, esta, feita pela comparação de dados dos núcleos urbanos entre os anos de 1970, 1980 e 1991, com a redução percentual da proporção de pessoas com renda insuficiente Sul⁴ (Tabela 3).

Tabela 3. Percentual do Nível de Pobreza das principais Cidades Médias do estado do Paraná entre 1970, 1980 e 1991.

Cidade média	Percentual do nível de pobreza (%)			Variação (%)
	1970	1980	1991	
RM de Curitiba	40,00	16,88	19,90	-20,10
Ponta Grossa	51,75	23,10	34,78	-16,97
Maringá	53,37	17,40	15,77	-37,60
Londrina	54,54	21,92	23,43	-31,11
Foz do Iguaçu	65,64	16,84	28,96	-36,68
Guarapuava	74,48	40,71	55,91	-18,57
Cascavel	77,51	34,09	38,59	-38,92

Fonte: Andrade et al., 2001, p.273 e 274 - compilação da autora, 2026.

Os dados da Tabela 3 demonstram que o dinamismo populacional das cidades médias, considerando os vários possíveis fatores que afetam o nível de pobreza da população, não geraram

⁴ No estudo de Andrade, Serra e Santos (2001, p.255) a definição de “pobres representam o conjunto de pessoas pertencentes às famílias cuja renda per capita é inferior a meio salário-mínimo”, em valores de 1991.

PENSAR FORA DO EIXO

como consequência o empobrecimento relativo destas cidades, tendo todas uma variação negativa, ou seja, uma diminuição no nível de pobreza.

Andrade et al. (2001, p.260) trazem uma discussão sobre o fenômeno da “metropolização da pobreza” analisando nacionalmente o período entre 1970/1991, onde “vê-se que a população pobre que mais cresceu foi aquela das regiões metropolitanas do país (34,5%), sendo também o crescimento das cidades médias (24,1%) bastante significativo e superior ao crescimento do conjunto nacional (8,6%)”. Quando se observam os dados da região metropolitana (RM) de Curitiba, esta demonstra uma variação negativa (20,10%) no percentual de pobreza; porém, no que se refere ao ranking nacional de cidades e regiões metropolitanas, considerando a proporção de pessoas com renda insuficiente, da cidade menos pobre para a mais pobre, a RM sofreu uma mudança de posição de 11 pontos, demonstrando um empobrecimento relativo da população (Andrade et al., 2001, p.272).

Especificamente, analisando os dados sobre as cidades paranaenses elencadas na Tabela 3, quando confrontados com o da RM de Curitiba nota-se que as cidades de Ponta Grossa (16,97 %) e Guarapuava (18,57%) tiveram uma variação menor que a da RM. As demais cidades seguiram com variação mais acentuada que a da RM, em torno de 30%.

Observa-se na Tabela 3 que, entre os dados de 1970 e 1991, houve uma variação percentual significativa, com a redução de pobreza variando entre 16,97% e 38,92% nas principais cidades paranaenses citadas no estudo. Em Cascavel, a cidade com maior percentual de nível de pobreza do ranking na década de 1970, obteve o maior nível de variação decrescente, correspondente a 38,92% de redução da proporção de pobres entre seus habitantes em 1991, seguida por Maringá (37,60%) e Foz do Iguaçu (36,68%).

Quanto à atratividade das cidades da RFO, “considerando a demanda por força de trabalho, percebe-se que nas microrregiões de Cascavel e Foz do Iguaçu o fator de atração está voltado para as atividades de comércio e prestação de serviços [...]” (Tschá et al., 2010, p. 6). Estas duas cidades apresentam altos níveis de urbanização na década de 1980, Cascavel com 76% e Foz do Iguaçu com 73,2%. Toledo, em níveis menores populacionais (em torno de 81 mil habitantes) e com taxas menores de urbanização (53,3%), aparece em análises conjuntas, mas é pouco citada individualmente (FAUUSP, 1984, p.71).

PENSAR FORA DO EIXO

Os interesses paranaenses e federais voltam-se para Foz do Iguaçu, não só pela implantação da Usina Hidrelétrica Binacional de Itaipu em seu conjunto ao Sistema Técnico Modernizador, mas por ser identificada a potencialidade de centro de função turística específica, necessitando de uma designação especial de disciplinamento e promoção da urbanização e turismo por Plano Diretor, juntamente com outros municípios de funções distintas, como Telêmaco Borba (indústria de papel), Guaraqueçaba (proteção ambiental) e centros da faixa praieira (turismo) (IPARDES, 1987).

No enquadramento das cidades de Cascavel, Foz do Iguaçu e Toledo na definição de cidades médias a serem contempladas com atribuição de recursos, constata-se a validação, de reconhecimento nacional, sobre a importância regional da fronteira Oeste, bem como a necessidade de atendimento mais específico para a população vivente nessa rede de cidades, mesmo que em decorrência da demanda de outros centros.

Obteve-se, na sequência, a continuidade de ações pontuais do governo estadual, principalmente para as cidades polos regionais ou áreas metropolitanas com capacidade de créditos a longo prazo, tais como: a criação de núcleos industriais nas cidades, a instalação de aeroportos mais adequados, a implantação de instituições com educação de nível superior; além destas, o registro de ações federais de implantação de infraestrutura em áreas específicas da cidade pelos projetos Comunidade Urbana para Recuperação Acelerada (CURA), na complementação das carências do espaço urbano, dentro das linhas coordenadas do BNH, após 1979 (Soares, 2016). O detalhamento desses projetos está fora do escopo da presente discussão e se apresenta como uma área ainda a ser desenvolvida por pesquisas abordando a RFO.

A partir de 1982, o Brasil aceitou o monitoramento do Fundo Monetário Internacional (FMI), como forma de acesso ao crédito internacional e por não ter condições de pagar corretamente suas dívidas, diminuindo drasticamente sua capacidade de intervir na economia e na sociedade, ensaiando uma retomada de crescimento econômico até o fim da década de 1980. Especificamente no Paraná, entre 1979-1982, os planos de governo tenderam a beneficiar programas de cunho social, e a partir de 1983 dá-se ênfase à gestão democrática participativa, escolhendo-se projetos conforme as verbas levantadas. Entre 1987-1991, há uma reestruturação da Secretaria de Planejamento estadual, contudo as ações foram no sentido de diminuição da máquina pública (IPEA, 2012).

Enfim, imerso numa grande crise financeira e, mais tarde, desprovido da centralização dos recursos mediante a Constituição de 1988, o governo federal

PENSAR FORA DO EIXO

passou a se mostrar incapaz de implementar ações que desencadeassem grande efeito sobre a organização espacial das cidades (Reolon, 2007, p.113).

Saes (2001) comenta que a redemocratização do país, estabelecida em 1988, abriu a via para o total controle do capital financeiro internacional e dos agentes econômicos dessa fração do capital (FMI, Banco Mundial, governo dos Estados Unidos) sobre o estado brasileiro, em total dominação sobre a sua economia. A crise da dívida externa subordinou a acumulação interna de capital ao movimento internacional do capital, o que retirou a centralidade das decisões internas ao país (Oliveira e Rizek, 2007). Neste sentido, as propostas de planejamento no Brasil assumem um outro contorno.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As análises desenvolvidas ao longo do artigo permitem compreender que a formação da rede urbana no oeste paranaense esteve diretamente vinculada às estratégias nacionais de desenvolvimento, especialmente àquelas orientadas pela integração territorial e pela descentralização produtiva. As mobilizações desenvolvimentistas voltadas à regionalização, ao equilíbrio econômico e à integração territorial, bem como à promoção do desenvolvimento por meio da industrialização, foram reforçadas por correntes teóricas difundidas desde a década de 1940. Essas correntes fundamentavam-se na concepção do Estado como agente indutor do crescimento econômico e nas interpretações da dependência econômica ou periférica do Brasil e do Paraná em relação a regiões e países mais desenvolvidos. Tais pressupostos influenciaram a formulação de propostas de regionalização, que foram aplicadas pelas gestões governamentais em seus estudos e instrumentos de planejamentos, com vistas à espacialização do desenvolvimento econômico por meio da descentralização industrial (Solek, 2025).

As disparidades econômico-territoriais da RFO foram reconhecidas desde cedo como um problema a ser superado. Entretanto, sua incorporação mais efetiva às estratégias de planejamento ocorreu somente a partir das diretrizes do II PND (vigência entre 1975-1979), posteriormente articulado aos programas estaduais. Inicialmente caracterizada por fragilidades estruturais e reduzida integração com o restante do estado, a região estudada passou por transformações significativas decorrentes da modernização agrícola e da reorientação das políticas de crédito rural e incentivo às exportações, fatores que impulsionaram a urbanização e redefiniram os fluxos populacionais.

Na escala Federal, a partir da década de 1970, com a implementação dos Planos Nacionais de Desenvolvimento e a institucionalização da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano, observa-

PENSAR FORA DO EIXO

se a valorização das cidades médias como elementos estratégicos na organização territorial. Nesse contexto, o Programa de Cidades de Porte Médio contribuiu, ainda que de forma limitada, para o fortalecimento de centros urbanos capazes de exercer funções de polarização regional. No oeste paranaense, esse processo materializou-se sobretudo em Cascavel, Foz do Iguaçu e Toledo, cidades que passaram a desempenhar papéis centrais na rede urbana regional, tanto pela capacidade de atração populacional quanto pela diversificação de suas atividades econômicas, em consonância com diretrizes de planejamento já delineadas desde a década de 1960.

A indicação destas cidades da RFO ao Programa de Cidades de Porte Médio representou o reconhecimento institucional da importância regional e de sua posição hierárquica no sistema de cidades. Nesse processo, destaca-se especialmente Cascavel, que recebeu de forma diferenciada recursos e cuja importância regional já havia sido apontada nos estudos do IBGE na década de 1970. Tal condição contribuiu para consolidar sua posição de centralidade regional, diferenciando-a das demais cidades da RFO e, mais recentemente, assumindo o nome indicativo da região, como ator da lógica territorial local.

Embora os resultados dos programas tenham sido condicionados por restrições financeiras e pela crise econômica que marcou a década de 1980, foi possível identificar avanços na estruturação da rede urbana, na ampliação da infraestrutura e na redução relativa dos níveis de pobreza. Essas evidências indicam que, apesar de suas limitações, as políticas públicas implantadas contribuíram para redefinir a hierarquia urbana regionalizada e promover uma integração mais efetiva da região aos contextos estadual e nacional.

Por fim, destaca-se que as cidades médias continuam desempenhando papel fundamental na articulação territorial contemporânea, atuando como nós dinâmicos da regionalização econômica e da integração logística voltada aos fluxos nacionais e Latino-americanos. Nesse sentido, a compreensão histórica de sua formação e consolidação mostra-se essencial para o planejamento urbano e regional atual, sobretudo diante dos desafios impostos pela expansão do agronegócio, pelas transformações econômicas recentes e pela persistência das desigualdades socioespaciais.

REFERÊNCIAS

AMORIM FILHO, O.; SERRA, R.V. Evolução e perspectivas do papel das cidades médias no planejamento urbano e regional. *In: (Orgs.). Cidades médias brasileiras*. Rio de Janeiro: IPEA, 2001. p. 1-34.

PENSAR FORA DO EIXO

ANDRADE, T. A.; SERRA, R. V.; SANTOS, D. P. Pobreza nas cidades médias brasileiras. *In*: ANDRADE, T. A.; SERRA, R. V. (Orgs.). **Cidades médias brasileiras**. Rio de Janeiro: IPEA, 2001. p. 251-293.

ANDRADE, T. A.; SERRA, R. V. (Orgs.). **Cidades médias brasileiras**. Rio de Janeiro: IPEA, 2001.

BIELSCHOWSKY, R. (Org.). **Cinquenta anos de pensamento na Cepal**. Rio de Janeiro: Record, 2000. v.1.

BRASIL. **Constituição da república federativa do Brasil de 1967**. Brasília, 1967.

BRASIL. **Lei nº 5.727, de 4 de novembro de 1971**. Dispõe sobre o Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), para o período de 1972 a 1974. Brasília, 1971.

BRASIL. **Lei nº 6.151, de 4 de dezembro de 1974**. Dispõe sobre o Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), para o período de 1975 e 1979. Brasília: Serviço Gráfico do IBGE, 1974.

CASTRO NETO, V. F. "Paraná: políticas urbanas, metropolização e humanização das cidades: visão sob o enfoque territorial". **Revista Paranaense de Desenvolvimento – RPD**, versão on line, n. 122, jan-jun, p. 123-145, 2012.

CHIKUITO, E. A. **A Comissão Interestadual da Bacia Paraná-Uruguai: do planejamento de vale aos polos de desenvolvimento**. 2017. São Paulo: Alameda, 2017.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO (CNDU). **Evolução da rede urbana no Brasil: Período 1970-1980**. Brasília: Ministério de Desenvolvimento Urbano, 1985.

FERREIRA, Y. N. "Industrialização e urbanização no Paraná". **Geografia** (Londrina) [online], Londrina, v.3, n.3, p.113-128, 1985.

FREITAG, P.B.; FARIA, R.S. (2021). O planejamento regional no Centro-Oeste brasileiro: ações da SUDECO e a região geoeconômica da Brasília. **Risco**, São Carlos: IAU-USP, v.19, 2021. p.1-21.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. (IBGE). **Divisão regional do Brasil em regiões geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Planejamento e gestão governamental na esfera estadual: uma análise comparativa dos processos, conteúdos e sistemas de acompanhamento dos PPAs: Estado do Paraná**. Unicentro, 2012. (Rede Ipea – Plataforma de Pesquisa em Rede).

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (IPARDES). **Estudo de integração de polos agroindustriais do Paraná**. Curitiba: IPARDES, 1974.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (IPARDES). **Nova configuração espacial do Paraná**. Curitiba: IPARDES-CNDU, 1983.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (IPARDES). **Elementos para uma política de desenvolvimento urbano para o Paraná**. Curitiba: IPARDES, 1987.

KON, A. (Org.). **Planejamento no Brasil II**. São Paulo: Perspectiva, 2010.

PENSAR FORA DO EIXO

MOURA, R. Como pensar o urbano na América do Sul? *In*: FIRKOWSKI, Olga Lúcia C. de F; CASARES, Marta D.; SILVA, Madianita N.; CZYTAJLO, Natalia P.; VOLOCHKO, Danilo. (orgs.). **Estudios Urbanos Comparados: oportunidades y desafíos de investigación en América Latina**. San Miguel de Tucumán: Universidad Nacional de Tucumán, 2016. p.83-114.

NUNES, O. V. R. **O Programa Cidades de Porte Médio: planejamento e política Urbano-regional no brasil (1976-1986)**. 2020. 437 f. Tese (Doutorado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília-DF, 2020.

NUNES, O.V.R.; SOUZA, A.C.A. As cidades de porte médio no Brasil autoritário: interlocuções entre o Bird e o Governo brasileiro (1976-1986). *In*: VI ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO. **Anais VI ENANPARQ**. Brasília, 2020.

OLIVEIRA, D. **Urbanização e industrialização no Paraná**. Curitiba: SEED, 2002. (Coleção história do Paraná; textos introdutórios).

OLIVEIRA, F.de. **Crítica à razão dualista: O Ornitorrinco**. São Paulo, SP: Boitempo, 2013.

OLIVEIRA, F.de; RIZEK, C.S. (Orgs.). **A era da indeterminação**. São Paulo: Boitempo, 2007 (Estado de sítio).

REOLON, C.A. **A aglomeração urbana da soja: Cascavel e Toledo no contexto da metropolização na Mesorregião Oeste Paranaense**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo-PR, 2007.

REOLON, C.A. A desconcentração espacial e a produção do espaço paranaense a partir de meados da década de 1990. *In*: PEREIRA, S.R.; COSTA, B. P.; SOUZA, E. B. C. (Org.). **Teorias e práticas territoriais: análises espaço-temporais**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010. p.147-163.

SAES, D. **República do Capital: capitalismo e processo político no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2001.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Ed. Hucitec, 1993.

SATHLER, D. "As cidades de médio porte do Brasil: reflexões preliminares a partir das informações do Censo 2010". **Cadernos de Estudos Sociais**. Recife, Vol. 27, N. 2, p. 01-14, jul/ago, 2012.

SCHMIDT, B. V. **O estado e a política urbana no Brasil**. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1983.

SOARES, K.A.S. **A produção da irregularidade urbana: gestão, agentes, processos e práticas espaciais no território de Cascavel, PR**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Maringá, Maringá-PR: UEM, 2016.

SOCIEDADE PARA ANÁLISE GRÁFICA E MECANOGRÁFICA APLICADA AOS COMPLEXOS SOCIAIS (SAGMACS). **Plano de desenvolvimento do Paraná: documento preliminar elaborado pela SAGMACS**. Curitiba: Codepar: Pladep, 1963.

SOLEK, K.A. **O planejamento territorial da região de fronteira no oeste do Paraná (1946-1985): formação e consolidação hierárquica da rede urbana paranaense**. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Maringá. Maringá, 2025.

PENSAR FORA DO EIXO

STEINBERGER, M.; BRUNA, G. C. Cidades médias: elos do urbano-regional e do público-privado. *In: ANDRADE, Thompson A.; SERRA, Rodrigo V. In: ANDRADE, T. A.; SERRA, R. V. ((Orgs.). Cidades médias brasileiras.* Rio de Janeiro: IPEA, 2001. p.35-78.

TAVARES, J. C. **Planejamento regional no estado de São Paulo:** polos, eixos e região dos vetores produtivos. São Paulo: Annablume Editora, 2018.

TAVARES, M. da C. **Da substituição de importações ao capitalismo financeiro:** ensaios sobre economia brasileira. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

TSCHÁ, O. C. P.; RIPPEL, R.; LIMA, J. F. “Transformação produtiva, urbanização, industrialização e migração no Oeste do Paraná”. **Anais.** XIX Encontro Nacional de estudos Populacionais – Abep, Caxambu-MG, 2010.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAUUSP). (1984). **Avaliação do Programa Nacional de Cidades de Porte Médio e revisão de critérios de seleção das referidas cidades.** São Paulo: MINTER: CNDU: FAAUSP, 1984.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ (UFPR). **Planos regionais industriais:** leste, norte e oeste do Paraná (PRI). Curitiba: UFPR, 1975.